



CURSO DE TURISMO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPO GRANDE

ROSA MARIA BATISTA SANTOS

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO
TURISMO DE AVENTURA EM CAMPO GRANDE - MS

Campo Grande – MS
2020



CURSO DE TURISMO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPO GRANDE

ROSA MARIA BATISTA SANTOS

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO
TURISMO DE AVENTURA EM CAMPO GRANDE - MS**

Artigo científico elaborado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, formatado conforme orientações da Revista Turismo e Sociedade, apresentado como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Turismo no Curso de Turismo, sob orientação da Profa. Dra. Marta Regina Melo.

Campo Grande – MS
2020

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: O DIREITO AO LAZER E À CULTURA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA*	7
3 O TURISMO DE AVENTURA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	11
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
5 RESULTADOS	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6 REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE A – Questionário - Empresários	26
APÊNDICE B – Questionário - Pessoas com deficiência	29
ANEXO A – Normas de submissão à Revista Turismo & Sociedade (UFPR)	33

A inclusão da pessoa com deficiência física no turismo de aventura em Campo Grande - MS^{1*}

The inclusion of people with physical disabilities in adventure tourism in Campo Grande - MS *

Rosa Maria Batista Santos (SANTOS, R. M. B.)^{2*}

RESUMO – O acesso as atividades turísticas além de contribuir para a expansão cultural e qualidade de vida da pessoa com deficiência física, é um direito civil previsto em lei, sendo necessário considerar o investimento em adaptações para turistas com deficiência como um diferencial que agrega inclusão. O presente artigo tem como objetivo analisar a inclusão da pessoa com deficiência física no turismo de aventura em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Como procedimentos metodológicos, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica, além da aplicação de questionários para empresários do setor do turismo e para uma amostra aleatória de pessoas com deficiência que já haviam tido experiências com turismo de aventura no município. Os resultados apontaram que, apesar das garantias e direitos previstos na legislação brasileira, ainda há poucos investimentos no setor de turismo de aventura voltados às pessoas com deficiência, embora este se apresente como um mercado com potencial de crescimento. Os empresários participantes, apesar de relatarem vários anos de atuação no ramo do turismo, descrevem poucas experiências de atendimento a pessoas com deficiência. Quanto a amostra referente as pessoas com deficiência, em sua maioria, expressaram sentimentos positivos em relação às atividades das quais participaram, afirmando terem predisposição a repetirem a experiência. Conclui-se que as pessoas com deficiência física se constituem um público em potencial para o desenvolvimento de atividades no Turismo de Aventura. Contudo, ainda há muitos obstáculos para a inclusão desses indivíduos nas práticas, como a falta de profissionais capacitados e de um pensamento estratégico para investir nesse segmento.

Palavras-chave: Turismo Acessível; Pessoas com deficiência; Inclusão.

ABSTRACT - The access to tourist activities, besides contributing to the cultural expansion and quality of life of the person with physical disability, is a civil right provided for by law, and it is necessary to consider the investment in adaptations for tourists with disabilities as a differential that adds inclusion. This article aims to analyze the inclusion of the person with physical disability in adventure tourism in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. As methodological procedures, documentary and bibliographic research was carried out, besides the application

^{1*} O artigo foi formatado conforme as normas da Revista Turismo e Sociedade, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), podendo ser submetido à avaliação nesse periódico após as considerações da banca avaliadora.

² Bacharelanda em Turismo.

of questionnaires for entrepreneurs in the tourism sector and for a random sample of people with disabilities who had already had experiences with adventure tourism in the city. The results showed that, despite the guarantees and rights provided by Brazilian legislation, there are still few investments in the adventure tourism sector aimed at people with disabilities, although this presents itself as a market with growth potential. The participating entrepreneurs, despite reporting several years of performance in the tourism industry, describe few experiences in the care of people with disabilities. As for the sample referring to people with disabilities, most of them expressed positive feelings about the activities in which they participated, affirming their predisposition to repeat the experience. It is concluded that people with physical disabilities constitute a potential audience for the development of activities in Adventure Tourism. However, there are still many obstacles for the inclusion of these individuals in the practices, such as the lack of trained professionals and strategic thinking to invest in this segment.

Keywords: Accessible Tourism; Disabled people; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, institui em seu artigo 42 que a pessoa com deficiência (PCD) tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Dessa forma, o acesso ao turismo, além de contribuir para a expansão cultural e qualidade de vida, é um direito civil previsto em lei e, sendo assim, responsabilidade do poder público.

Segundo Trindade (2004), a pessoa com deficiência é vista pela sociedade como doente, sem necessidade de praticar atividades de cultura e lazer, e essa estigmatização contribui para a falta de interesse por parte de investidores, empresários e profissionais do ramo do Turismo em criar ambientes acessíveis para pessoas com limitações físicas e intelectuais. No caso do turismo de aventura, a dificuldade no acesso e falta de iniciativas pode ser ainda maior, por se tratar de uma modalidade que envolve riscos e pede o investimento em recursos de equipamentos específicos e pessoas capacitadas para a execução da atividade com satisfação e segurança dos clientes.

Ainda há poucos estudos desenvolvidos em programas de pós-graduação que englobam a perspectiva das pessoas com deficiência na participação em atividades no Turismo de Aventura. Em busca no repositório Catálogo de Teses

e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a associação dos termos “turismo”, “aventura” e “deficiência” trouxe como resultados três dissertações de mestrado acadêmico e uma de mestrado profissionalizante. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com as mesmas palavras-chave combinadas, o resultado foram três dissertações, que já haviam sido identificadas no repositório da Capes. Observa-se, assim, que é necessário a elaboração de mais estudos que possibilitem uma melhor compreensão sobre o cenário enfrentado pelos turistas com deficiência que desejam participar dessas atividades, e sobretudo facultar dados e informações concisas sobre esse público.

Tendo em vista que o direito ao acesso à cultura e lazer para pessoas com limitações físicas ou intelectuais está prevista na legislação, é necessário considerar o investimento em adaptações para turistas com deficiência como um diferencial do negócio, destacando-se entre os seus concorrentes e oferecendo um produto que ainda é pouco visto no mercado.

Assim como outros destinos brasileiros, a cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, possui diferentes locais com ambientes naturais que podem ser utilizados para prática do Turismo de Aventura, como parques urbanos, Áreas de Proteção Ambiental que incluem cachoeiras, como as chamadas “Ceuzinho” e “Inferninho”, empreendimentos turísticos privados como o Morro do Ernesto, entre outros (MAMEDE *et al.*, 2017).

Campo Grande, localizada na região Centro-Oeste do país, foi fundada em 21 de junho de 1872 (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2014). Conforme a cidade de Campo Grande cresce, tornava-se cada vez mais eclética, multicultural e estratégica, uma vez que dava acesso a vários outros estados (PLANURB, 2019). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), o município, que se expandiu ao longo do tempo, possui área territorial de 8.082,978 km² e uma população estimada de 895.982 habitantes.

De acordo com a Agência Senado (2020), Campo Grande foi reconhecida como uma das 59 cidades mais arborizadas do mundo, e por isso recebeu um selo da organização não governamental *The Arbor Day Foundations*, com sede nos Estados Unidos, em reconhecimento ao plantio e o

cuidado com as árvores, que contribui para a qualidade de vida dos moradores. Nesse sentido, o município possui potencial para proporcionar experiências multissensoriais por meio da prática do turismo de aventura, bem como para receber pessoas com deficiência física e seus familiares em seus parques e demais áreas verdes.

Juntamente com o ecoturismo, o turismo de aventura tornou-se uma atividade de extrema importância mundial nos últimos anos (GOUVEIA et al., 2014). O aumento do interesse por esse tipo de atividades tem levado profissionais que atuam na área do turismo e empresas de iniciativas públicas e privadas a investirem nesse ramo que busca explorar as diversas áreas de beleza natural (VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012).

De fato, dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua - PNADC (IBGE, 2019), apontam que o ecoturismo e o turismo de aventura corresponderam a 25,6% das viagens a lazer realizadas no âmbito nacional, ficando em terceira posição entre os mais procurados. Em Mato Grosso do Sul, essa procura foi ainda maior, com o turismo de aventura e o ecoturismo ocupando a segunda posição e representando 33,3% do total de viagens a lazer no estado.

Por outro lado, de acordo com a mesma pesquisa, o Brasil possui 23,9% de pessoas com alguma deficiência auditiva, física, visual ou intelectual (IBGE, 2019). Para a pessoa com deficiência física, cuja autoestima pode ser abatida ao vivenciar uma sociedade preconceituosa e repleta de obstáculos, a sensação de ultrapassar uma barreira pode ser importante para o aspecto emocional. Neste sentido, o Turismo de Aventura se mostra ainda mais interessante para o público de turistas com limitações físicas, em comparação aos turistas sem deficiência.

Embora as atividades ligadas ao turismo de aventura estejam diretamente atreladas ao sentimento de se superar uma situação e enfrentar as adversidades, o fator físico pode ser um grande dificultador no momento de realizar a prática de tais atividades.

Dessa forma, tendo em vista que além de promover benefícios individuais para os consumidores, o turismo e o lazer movimentam a economia e contribuem

para o desenvolvimento local, a pesquisa buscou investigar a seguinte questão norteadora: existe inclusão para pessoas com deficiência física no Turismo de Aventura em Campo Grande, MS?

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar a inclusão da pessoa com deficiência física no turismo de aventura em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Como objetivos específicos, buscou-se: analisar a legislação brasileira no que se refere ao direito ao lazer e à cultura, com foco nos aspectos da acessibilidade e inclusão; relacionar quais as atividades de turismo de aventura para pessoas com deficiência física em Campo Grande, realizadas pelos setores público e privado; identificar se as iniciativas existentes atendem o público local com deficiência física; e recomendar boas práticas para melhorar o atendimento no Turismo de Aventura.

A fim de apresentar os resultados da presente pesquisa, o artigo está organizado da seguinte forma: a próxima seção abordada as questões de acessibilidade e inclusão, tendo como base a legislação brasileira, que garante a todos o direito ao lazer e à cultura; em seguida, discorre-se sobre o acesso ao Turismo de Aventura por pessoas com deficiência; após, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; e, por fim, são analisados e discutidos os resultados.

2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: O DIREITO AO LAZER E À CULTURA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Segundo a Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), a promoção do lazer e cultura para pessoas com deficiência (PCD) é um direito civil. Nesse sentido, para o atendimento à legislação, os cinemas, teatros, museus, parques e outras áreas destinadas ao lazer e à cultura devem ser projetados, construídos ou adaptados contemplando o acesso das pessoas com limitações físicas e intelectuais, a fim de contribuir com a diminuição dos obstáculos físicos e atitudinais e incentivá-los a utilizar esses espaços (BRASIL, 1988).

O Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, estabelece critérios básicos para a promoção da acessibilidade e a inclusão de pessoas com

deficiência, que possuem prioridade de atendimento, inclusive em espaços de cultura e lazer. Já o Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018, que regulamenta o artigo 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, dispõe que os projetos arquitetônicos de hotéis, pousadas e estruturas similares devem atender aos princípios do desenho universal, de modo a que possam receber “[...] o maior número de hóspedes, independentemente de sua condição física, sensorial, intelectual ou mental, e garantir que essas pessoas possam desfrutar de todas as comodidades oferecidas” (BRASIL, 2018, p. 4).

Dessa forma, compreende-se que:

A questão da acessibilidade e do desenho universal torna-se imprescindível quando se busca a organização de espaços que atendam às necessidades dos usuários de forma universal. A internalização dos seus conceitos e das possibilidades de projetar ou adaptar aos ambientes a esses conceitos tem-se se verificado difícil em pessoas que não apresentam deficiências ou não vislumbram outras pessoas em situações de insegurança, desrespeito ou impossibilidade de desempenhar as atividades cotidianas. A vivência pessoal de situações que restringem a acessibilidade para todos é uma das modalidades de conscientização e levantamento de dados concretos para fundamentação de propostas de projeto arquitetônico de ambientes (KALIL; GOSCH; GELPI, 2010, p. 1).

Percebe-se, assim, que existem critérios oficiais para que as organizações do lazer, turismo e cultura se baseiem na construção e manutenção de espaços acessíveis. No entanto, a existência de legislação e critérios oficiais para oferecer um norte não garante a aderência das instituições públicas e privadas do setor do turismo a iniciativas sociais que busquem incluir pessoas com deficiência em todos os aspectos ligados às atividades de lazer, sobretudo no turismo de aventura.

Segundo Silva (2010), a acessibilidade não se mostra necessária apenas para a inclusão das pessoas com deficiência física ou intelectual nas práticas ligadas ao lazer e ao turismo, haja vista que é um critério fundamental também para pessoas com mobilidade reduzida, seja por um fator temporário ou permanente, como mulheres gestantes, pessoas com carrinhos de bebê ou bebês de colo, pessoas obesas, ou alguma outra razão limitante.

Ainda, conforme Silva e Teles (2014), as vantagens para o investimento e valorização do turismo de aventura acessível são diversas. Dentre elas, está a procura crescente, que o torna um mercado em potencial e uma oportunidade de negócios relevante, tendo em vista a reduzida oferta desses produtos e, conseqüentemente, a menor concorrência.

Há que se considerar também a possibilidade de muitos turistas com deficiência possuírem tempo e recursos financeiros disponíveis, uma vez que existem legislações que têm garantido a esse público um acesso cada vez maior ao mercado de trabalho no setor público e privado (BRASIL, 1999; 2018), além da presença dos acompanhantes, que poderiam aumentar o lucro.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por sua vez, é a responsável por estabelecer parâmetros em acessibilidade para pessoas com deficiência, por meio do documento ABNT NBR 9050 (2004), que dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, instituindo os critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

O documento foi construído considerando diversas condições de mobilidade e percepção do ambiente, incluindo pessoas que necessitam do auxílio de equipamentos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição, entre outros.

Além de promover o acesso, as medidas buscam garantir a utilização de maneira autônoma e segura de qualquer ambiente. Com a construção ou modificação adequada do espaço, é possível proporcionar a acessibilidade à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais.

Após o estabelecimento da norma, em 2004, todos os espaços que foram projetados a partir de então, e, também, que sofreram reformas e ampliações, tiveram de seguir os parâmetros para serem considerados acessíveis, com o incentivo da lei brasileira. Ainda assim, principalmente na iniciativa privada, são

encontrados estabelecimentos que não atendem ou atendem parcialmente aos critérios dispostos na ABNT NBR 9050 (2004).

No que se refere a locais de esporte, lazer e turismo, o documento possui uma seção específica 8.5.3), na qual se estabelece que:

8.5.3.1 Sempre que os parques, praças e locais turísticos admitirem pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados, estes devem ser acessíveis.

8.5.3.2 Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.

8.5.3.3 O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.1.1 [Pisos].

8.5.3.4 Pelo menos 5%, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender a 9.3 [Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho]. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.5.3.5 Quando se tratar de áreas tombadas deve-se atender a 8.1 [Bens tombados] (ABNT, 2004, p. 87).

No que diz respeito às praias, a ABNT (2004) prevê, ainda:

8.5.4.1 Quando da adaptação em praias, o desnível entre o passeio e a areia deve ser realizado através de rampa [...]

8.5.4.2 Estas rampas devem estar vinculadas a um piso fixo ou removível que se prolongue em direção ao mar, com no mínimo 0,90 m de largura.

8.5.4.3 Estes acessos devem estar sinalizados com o símbolo internacional de acesso [...]

8.5.4.4 Recomenda-se que, junto a cada área de acesso adaptado à praia, exista um sanitário unissex acessível [...] (ABNT, 2004, p. 87).

Ao se deparar com as normas de acessibilidade estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004), bem como com as legislações vigentes que defendem os direitos das pessoas com deficiência, como a Constituição federal (BRASIL, 1988) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), é possível perceber que existem legislações e normas claras para definir critérios bem estabelecidos em acessibilidade, de maneira que

norteiem em todos os aspectos possíveis as organizações públicas e privadas que ofereçam atividades em lazer, cultura e turismo.

Ainda assim, Duarte *et al.* (2015), em um estudo exploratório sobre o turismo acessível no Brasil, apontam:

Com base nos resultados encontrados, por meio das respostas às entrevistas, ficou evidenciada a baixa percepção dos empresários do setor em relação aos incentivos que as políticas públicas oferecem para que os empreendimentos se adaptem às necessidades das PCD. Foi observado também que a iniciativa privada ainda não visualiza o público de PCD como potencial consumidor de serviços turísticos e percebe-se pouco esforço na criação de mecanismos de pesquisa para conhecer melhor esse público, tais fatos levam a crer que haja possibilidade de demora na adequação da oferta turística para atender a esse público. Outro ponto a destacar é que os empresários demonstraram agir apenas mediante incentivos negativos, como aplicação de multas e sanções e cumprem estritamente o que a lei ordena em termos de acessibilidade e adaptações (DUARTE *et al.*, 2015, p. 551).

Percebe-se, portanto, que mesmo diante das normatizações existentes, são encontradas empresas e instituições que sequer consideram a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na administração do seu negócio, ou a inclusão social como um valor institucional.

Considerando que a população de pessoas com deficiência no país é de 23,9% da população total, fica clara a necessidade urgente de construções e reformas para ambientes mais acessíveis a essas pessoas, que preencham as suas necessidades específicas e contribuam para a garantia do seu direito de ir e vir no espaço, sem necessitar do auxílio de um acompanhante ou um terceiro.

3 O TURISMO DE AVENTURA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Os movimentos por inclusão social de pessoas com deficiência têm apontado que a exclusão ocorre de diversas maneiras, seja na ausência de estruturas acessíveis, nos discursos preconceituosos ou atitudes que marginalizam pessoas com limitações físicas ou intelectuais (CARMO, 1991).

Nesse sentido, alguns pesquisadores têm buscado compreender as relações entre turismo, mobilidade e acessibilidade. Entre eles, Kunz e Tosta (2016) realizaram um diagnóstico da acessibilidade geográfica na fronteira Brasil

– Uruguai; Silva e Leal (2011), por meio de visita técnica, investigaram a acessibilidade de três dos melhores restaurantes de Natal, RN; Bizinelli *et al.* (2014) analisaram as possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência visual no contexto do enoturismo e turismo de experiência, na Vinícola Dezem, localizada em Toledo, PR; e, por fim, Oliveira e Oppliger (2017) analisaram as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, um dos pontos turísticos de Campo Grande, MS.

O Ministério do Turismo define o Turismo de Aventura como um segmento que pode ocorrer em espaços naturais, construídos, rurais, urbanos, estabelecidos como áreas protegidas ou não (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo, o turismo acessível refere-se à possibilidade de uma pessoa com deficiência utilizar, com segurança e autonomia, ferramentas de interesse turístico. Nesse sentido, é possível encontrar, ao utilizar técnicas e estruturas específicas, maneiras de incluir indivíduos com limitações físicas nas atividades.

O Turismo de Aventura, portanto, oportuniza a possibilidade de apreciar as belezas naturais e a diversidade de espécies da flora e fauna, por meio da prática de atividades físicas, recreativas e sensoriais, que proporcionam o sentimento de superação, o apreço pela emoção, pelo desafio e por novas experiências e sensações (BRASIL, 2010).

López-Richard e Chignália (2004) apontam que buscar compreender os fatores que determinam a motivação do turista para se envolver em programas de aventura possibilita entender as tendências de busca e adaptações do mercado para atingir diferentes perfis de clientes. Segundo os autores,

Mesmo que as necessidades a serem satisfeitas sejam comuns para um grande número de turistas - como fugir da pressão do trabalho semanal ou das rotinas urbanas, as motivações podem resultar muito diferentes: experimentar o perigo, ficar com os amigos, aproximar-se da natureza etc. Esses serão os estímulos que farão o indivíduo optar por determinado destino turístico. Porém, um fator mais significativo a ser considerado na análise do comportamento do cliente é sua expectativa em relação ao serviço que será fornecido (LÓPEZ-RICHARD; CHIGNÁLIA, 2004).

Nesse sentido, é possível perceber que, assim como pessoas sem deficiência, indivíduos que possuem limitações físicas também buscam maneiras de escapar da rotina, principalmente em um cotidiano de barreiras arquitetônicas e limitações, para experienciar uma atividade que envolve riscos, em um ambiente diferenciado e que, ainda, oferece o sentimento de superação de obstáculos. Dessa forma, percebe-se que a oferta de movimentações no turismo de aventura pode ser interessante para pessoas com deficiência.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, que permite o estudo de aspectos subjetivos de fenômenos sociais, envolvendo levantamento bibliográfico e documental e entrevistas (DENCKER, 1988). O objetivo de pesquisa exploratória é de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2008). Ainda, conforme o autor, as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Para a pesquisa documental, foram revisados os documentos oficiais do governo federal e municipal, como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (BRASIL, 2015), e o Plano Municipal de Turismo de Campo Grande 2017 – 2027 (CAMPO GRANDE, 2017), em relação ao desenvolvimento do turismo, especificamente do turismo de aventura e, também, do acesso à pessoa com deficiência à essas atividades.

Como instrumento de coleta de dados foram aplicados questionários com perguntas objetivas e dissertativas para duas amostras, uma com empresários e a outra para pessoas com deficiência. A aplicação do formulário ocorreu entre os dias 03 e 29 de outubro de 2020.

O questionário destinado aos empresários do ramo do turismo, possuía questões relacionadas à experiência e aos desafios no oferecimento de atividades acessíveis para pessoas com deficiência física. A partir das informações coletadas, foi possível conhecer as atividades desenvolvidas, os aparelhos e técnicas adaptadas para pessoas com deficiência física em Campo

Grande, bem como compreender a perspectiva dos empresários que trabalham com lazer e acessibilidade. Ainda nesse contexto, o questionário destinado às pessoas com deficiência física, tinha por finalidade levantar dados sobre esses indivíduos que já vivenciaram experiências em atividades no turismo de aventura, a fim de trazer a perspectiva pessoal de pessoas com limitações físicas no acesso a essas práticas.

5 RESULTADOS

Ao analisar a inclusão da pessoa com deficiência física no turismo de aventura em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi possível observar que apesar de Campo Grande integrar a rota turística Caminho dos Ipês, designação que destaca a paisagem regional, com a presença de numerosas áreas verdes e fontes hídricas (MAMEDE *et al.* 2017), se apresenta como um destino turístico pouco acessível.

Para compreender a inclusão da pessoa com deficiência nas atividades de Turismo de Aventura disponíveis no município foi realizado um levantamento que oportunizasse conhecer as ações a partir da perspectiva das empresas (Quadro1).

Quadro 1 – Inclusão da pessoa com deficiência física nas atividades de Turismo de Aventura em empresas de Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Empresa com foco no Turismo de Aventura	E1	E2
Função	Proprietário	Proprietário
Formação	Publicidade e Propaganda	Instrutor de rapel
Tempo de atuação no ramo	12 anos	5 anos
Números de clientes com deficiência atendidos	4	1
Tipos de deficiência dos clientes atendidos	Mobilidade reduzida, Deficiência visual, Deficiência auditiva, Cadeirante	Perna amputada
Modalidade	Rapel Trilha	Rapel
Roteiros	Cachoeira do Inferninho Furna da Conquista Vale do Inferninho	Não informou

Fonte: dados de pesquisa (2010).

A partir das informações coletadas, foi possível perceber que, no que se refere a essas empresas, foram poucas as atividades desenvolvidas no ramo do Turismo de Aventura para pessoas com deficiência física em Campo Grande, considerando-se o tempo de atuação dos empresários.

Isso diverge do que é apontado pelo Plano Municipal de Turismo de Campo Grande – 2017-2027, Campo Grande conta com uma diversidade de produtos turísticos, que incluem o segmento ecológico e, dentro dele, o turismo de aventura e o ecoturismo (CAMPO GRANDE, 2017). As atividades que fazem parte dessa categoria estão presentes em espaços na capital de Mato Grosso do Sul são: Parque das Nações Indígenas, Parque Ayrton Senna, Horto Florestal, Parque Ecológico do Sóter, Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS), Parque Estadual do Prosa (PEP) e Reserva Particular de Patrimônio Natural, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Embora sejam classificados como Turismo Rural, os produtos turísticos apontados pelo Plano Municipal de Turismo de Campo Grande também podem apresentar atividades de turismo de aventura, que são: banho de cachoeira, boia-cross, cavalgada e trilha. Ainda de acordo com o documento, o distrito de Rochedinho apresenta uma inclinação para a oferta de turismo esportivo. Dentro dessa classificação, algumas ações se enquadram, também, como turismo de aventura, como trilhas e visitas em cachoeiras (CAMPO GRANDE, 2017). Além disso, Campo Grande conta com a rica biodiversidade e belezas naturais da microbacia do Ceroula, que entre outros atributos se destaca pela presença de numerosos córregos, corredeiras, saltos e cachoeiras, os quais se encontram em considerável parte protegidos por uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental – APA do Ceroula (CAVANHA *et al.*, 2019).

Apesar de toda a riqueza em ambientes naturais que Campo Grande dispõe, as ações tanto do poder público quanto da iniciativa privada, na inclusão de pessoas com deficiência nas mais diversas atividades para a prática do turismo de aventura, ainda se mostram insuficientes. Questões que prezam pela acessibilidade, foram apontadas por Silva et al. (2012) onde eles ressaltam a necessidade de a gestão pública atentar-se às demandas recorrentes, como a

da acessibilidade, e criar meios de adequação de seus espaços, pois não se trata de um favor à sociedade, mas do cumprimento da lei.

Para a amostra pesquisada de pessoas com deficiência física (38), buscou compreender a perspectiva dessas pessoas que já haviam vivenciado experiências em atividades no Turismo de Aventura. Na circunstância foram coletados dados do perfil desses participantes, como idade, sexo, nível de escolaridade e local de residência.

Em relação a faixa etária, 52,6% dos entrevistados têm entre 18 a 38 anos e 44,7% estão entre 39 a 59 anos. A maioria dos respondentes é do sexo feminino, corresponde a 68,4% dos participantes. No que se refere ao nível de escolaridade, 18,4% dos participantes têm formação em nível de pós-graduação, 47,4% têm formação em nível superior, 21,1% concluíram o ensino médio e 13,2% o ensino fundamental.

A maioria dessa amostra que realizaram Turismo de Aventura em Campo Grande, são residentes no próprio município. Apenas 10% declararam morar em outros municípios: dois em Dourados, MS; um em Maracaju, MS; e um em Foz do Iguaçu, PR.

Ao questionar quais modalidades de turismo de aventuras os participantes já haviam praticado (Tabela 1) levantaram-se as seguintes porcentagens. Ressalta-se que esse questionamento permitia assinalar várias opções, o que faz com que a soma dos resultados ultrapasse 100%.

Tabela 1 – Modalidades de Turismo de Aventura praticados por pessoas com deficiência física de Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Modalidades	Participantes (em %)
Rapel	60,3
Trilha	42,1
Tirolesa	39,5
<i>Bungee Jumping</i>	34,2
<i>Sclackline</i>	10,5
Outros	18,4

Fonte: dados de pesquisa.

Percebe-se pelas respostas que a maioria praticou o rapel, seguido de trilha, tirolesa, *bungee jumping* e *sclackline*. Em relação à porcentagem da resposta “outros”, solicitava que os participantes descrevessem qual atividade

de Turismo de Aventura, diferente das listadas anteriormente, foram praticadas. Na ocasião, foram citadas as seguintes atividades: pescaria, canoagem, corrida de cadeira de rodas e trilha com cadeira de rodas motorizada. Foram também mencionadas atividades que se referiam a esportes ou outras formas de lazer e não necessariamente ao Turismo de Aventura, como boxa, futsal, kart, paraquedismo e pular na piscina. Além disso buscou conhecer os tipos das deficiências desses participantes, dessa maneira obteve-se várias denominações, algumas mais específicas e outras mais generalizadas (Tabela 2).

Tabela 2 – Tipo de deficiência física classificadas em categorias, segundo os participantes

Localização da deficiência	Tipo de deficiência física	Quantidade
Membros superiores	Focomelia Amputação do braço Amputação da mão	5
Membros inferiores	Amputação da perna Paraplegia Monoplegia/perna Atrofia Muscular Espinhal Mielomeningocele Ataxia Trauma na coluna	23
Membros superiores e inferiores	Perna e braço amputados Tetraplegia Falta de mobilidade devido a Acidente Vascular Cerebral (AVC) Poliomielite Paralisia cerebral	10
Total		38

Fonte: dados de pesquisa.

Quando questionados se repetiriam a experiência, 94,7% dos participantes responderam “sim” e 5,3% que “talvez”. Nenhum dos participantes respondeu que “não”. Da mesma forma, ao questionar se constataram segurança na atividade turística, 94,7% dos participantes responderam “sim” e apenas 5,3% respondeu “não”. Questionou-se ainda sobre a percepção dos participantes com relação a capacitação dos funcionários para atender com segurança às pessoas com deficiência. Dentre esses participantes, 86,8% responderam que consideraram os funcionários capacitados e 13,2% responderam que não. O Turismo de Aventura está relacionado à segurança na operação das atividades, o que requer uma atenção maior em relação às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2010).

Por fim, foi solicitado aos participantes que relatassem como havia sido a sua experiência ao praticar o turismo de aventura (Quadro 2).

Quadro 2 – Descrições das experiências praticadas no turismo de aventura

PCD1	Legal
PDC2	Maravilhosa
PCD3	Foi muito bom e valeu a experiência
PCD4	Particpei do rapel adaptado, na cachoeira do Inferninho. A equipe foi ótima na condução da atividade, com todos requisitos de segurança e adequada a minha necessidade, foi uma experiência incrível.
PCD5	Sempre procuro e recomendo procurar profissionais que tenham experiência.
PCD6	Maravilhosa
PCD7	Muito boa
PCD8	Excelente
PCD9	Linda
PCD10	Foi muito boa, as duas, sou campeão regional de natação
PCD11	Todas as minhas experiências com o turismo de aventura foram extraordinárias. Devo ressaltar que tive impactos diferentes em cada uma das atividades, pois uma vez fiz a prática com profissionais realmente capacitados para atender PCD's, e em outras, os funcionários não eram capacitados para isso, e é perceptível a diferença no atendimento. Mas, todas as vezes que pratiquei, gostei muito das atividades e tive a sensação de liberdade, o que às vezes pode ser raro no cotidiano da pessoa com deficiência.
PCD12	Incrível
PCD13	cai no córrego
PCD14	Boa
PCD15	Sempre boa
PCD16	Muito boa
PCD17	Bacana
PCD18	Não consegui concluir o percurso, foi necessário carro de apoio
PCD19	Aventuras é o que mais amo.
PCD20	Foi uma experiência única, muito boa, tive uma sensação de total liberdade
PCD21	Foi boa
PCD22	Me senti incluída como pessoa que pode tudo, como um pássaro dando um voo pra liberdade, amo esportes radicais e, achava que não poderia até ter a primeira experiência.
PCD23	Fiz rapel seguido de trilha, o rapaz foi muito tranquilo, senti mais dificuldades na trilha, mas ainda assim foi ótimo.
PCD24	Sensacional, maravilhosa
PCD25	Emocionante, sensação de liberdade
PCD26	Os profissionais que me acompanharam eram habilitados
PCD27	Quero de novo!
PCD28	Foi muito bom eu adorei
PCD29	Foi tranquilo porque estava com pessoas que me ajudaram, mas os profissionais não eram capacitados
PCD30	Se não fosse o medo, maravilhosa!
PCD31	Alguns funcionários apresentam pouca experiencia em lidar com deficiente, pois fazem muita pergunta.
PCD32	Muito bom, senti muito feliz
PCD34	Cada momento uma emoção diferente
PCD35	Foi bacana, boa
PCD36	Inesquecível amei faria outros também

Fonte: Dados de pesquisa.

A descrição das experiências apresentada no quadro 1, possibilitou observar que a maioria dos respondentes demonstraram lembranças positivas sobre a experiência, sensações de prazer, liberdade e superação. Enfatiza-se o que foi mencionado pelo PCD22, que relata que “achava que não poderia até ter a primeira experiência”, e que se sentiu “incluída, como pessoa que pode tudo”, comparando a sensação a de “um pássaro dando um voo pra liberdade”.

Alguns relataram dificuldades, como PCD18, que respondeu que não conseguiu concluir o percurso, sendo necessário utilizar um carro de apoio, e PCD23, que apontou ter sentido “mais dificuldades na trilha, mas ainda assim foi ótimo”.

No entanto, alguns, como PCD29 e PCD30, trouxeram a problemática da falta de funcionários capacitados para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência, o que demonstra a necessidade de investimento das empresas não somente em equipamentos, mas também em recursos humanos que tenham conhecimento sobre as especificidades desse público-alvo. Cada atividade precisa ser avaliada quanto ao grau de dificuldade apresentada para cada tipo de deficiência, e as necessidades de qualificação para atendimento (BRASIL, 2010).

Na ocasião é de grande importância a efetividade das iniciativas ofertadas de como atender bem pessoas com qualquer tipo de deficiência, pois Franca, Pagliuca e Baptista (2008) apontam que, com tantas pautas fundamentais e que fazem total diferença na vida dessa população, o acesso à cultura e ao lazer acaba por não ser interpretado como uma prioridade, ainda que consista em um direito civil previsto em lei, como é pautado pela Lei Brasileira de Inclusão. Portanto, é indispensável refletir a inclusão sob a perspectiva holística a fim de contribuir na relação com esse importante público consumidor, que são pessoas detentoras de direitos.

Sendo assim, são apresentadas propostas a fim de desenvolver boas práticas em acessibilidade no segmento do Turismo de Aventura e, desse modo, contribuir para tornar Campo Grande mais acessível a todos. As propostas e recomendações nesse sentido, seguem o que é orientado no manual “Dicas para atender bem turistas com deficiência” do Ministério do Turismo (2013), que

incluem orientações sobre os cuidados especiais que os funcionários devem ter com as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em situações de emergência e dicas para um melhor atendimento a cada indivíduo, conforme as características das diferentes deficiências (BRASIL, 2013).

Entre as recomendações referentes à deficiência física, sinalizam-se algumas práticas que podem ser relevantes para as empresas que ofertam o Turismo de Aventura para pessoas com deficiência (quadro 3), não somente em Campo Grande como também em outras localidades.

Quadro 3. Propostas de boas práticas para melhorar o atendimento no Turismo de Aventura

Ao acompanhar uma pessoa com deficiência que se locomove devagar, com auxílio ou não de aparelhos ou bengalas, procure acompanhar o passo dela.
Se perceber que a pessoa com deficiência está com dificuldades, ofereça ajuda e, sendo aceita, pergunte como deve fazê-lo. Às vezes, uma tentativa de ajuda inadequada pode atrapalhar. Em outras vezes, a ajuda é necessária.
Caso tenha dúvida sobre ajudar ou não pessoas com deficiência, pergunte sempre e saberá como agir em qualquer situação. Isso porque as pessoas desenvolvem técnicas pessoais.
Mantenha as muletas ou bengalas sempre próximas das pessoas com deficiência
Jamais toque o ombro, empurre ou puxe pela mão um usuário de andador, muleta ou bengala. Pessoas com sintomas da poliomielite podem sentir dores se tocadas.
No caso de cadeirante, nunca movimente a cadeira de rodas sem pedir permissão.
A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é parte do espaço corporal da pessoa, uma extensão de seu corpo. Procure não agarrar ou apoiar-se na cadeira de rodas, assim evitará imprevistos.
Ao ajudar um usuário de cadeira de rodas a descer uma rampa ou um meio-fio, é preferível usar a marcha ré, para evitar que a pessoa desequilibre e possa cair para frente.
Ao subir degraus, incline a cadeira para trás levantando as rodinhas da frente a fim de apoiá-las sobre a elevação.
Para subir ou descer mais de um degrau em sequência, é indicado pedir a ajuda de mais uma pessoa.
O papel das empresas que ofertam práticas no Turismo de Aventura para pessoas com deficiência é de contribuir para a segurança e autonomia desse público.

Fonte: Elaborado com base no Ministério do Turismo (2013).

Ao seguir recomendações como estas e outras que são previstas na LBI que destaca à integração da pessoa com deficiência na cultura, no esporte, no turismo, a empresa pode assegurar que seus funcionários estarão preparados para atender bem a todos os seus clientes. Se forem feitas as adaptações necessárias para tornar a atividade mais acessível e prazerosa, será possível não apenas atender a essas pessoas, mas também se destacar perante os concorrentes como uma empresa que possui diferentes produtos e serviços turísticos com foco na responsabilidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar à questão que norteou a investigação desse estudo, sobre a existência da inclusão para pessoas com deficiência física no Turismo de Aventura em Campo Grande, constatou que apesar das garantias e direitos previstos na legislação brasileira, ainda há poucos investimentos tanto do poder público municipal, quanto do setor privado para a prática de turismo de aventura voltados às pessoas com deficiência, embora este se apresente como um mercado com potencial de crescimento.

Os empresários nesse segmento, apesar de relatarem vários anos de atuação no ramo do turismo, descrevem poucas experiências de atendimento a pessoas com deficiência. A partir dos dados, foi possível concluir que as iniciativas empresariais voltadas às atividades no Turismo de Aventura para pessoas com deficiência física ainda são escassas. Foram encontradas apenas duas empresas que já tiveram experiências com clientes com deficiência, o que revela que as alternativas para esse público também são em número restrito.

Quanto as pessoas com deficiência que praticaram o turismo de aventura, em sua maioria, expressaram sentimentos positivos em relação às atividades das quais participaram, afirmando terem predisposição a repetirem a experiência. Todavia, ficou evidente a necessidade de capacitação para os profissionais das atividades de Turismo de Aventura, não apenas para realizar um bom trabalho no quesito técnico, mas também para a sensibilidade e humanização durante o processo da prática da atividade. Haja vista que, é possível concluir que as pessoas com deficiência constituem um público em potencial para o desenvolvimento de atividades no Turismo de Aventura, apesar de alguns pré-conceitos existentes que as colocam como inferiores ou incapazes.

Contudo, ainda há muitos obstáculos para a inclusão desses indivíduos nas práticas, como a falta de estrutura física adaptada, profissionais capacitados e, ainda, um pensamento estratégico insuficiente para investir nas iniciativas que beneficiem pessoas com deficiência.

A pessoa com deficiência física, seja no Turismo ou em qualquer outro campo do mercado, deve ser tratada como um cliente comum, como seria tratado um cliente sem deficiência, com todos os benefícios e investimentos que são oferecidos a eles.

Assim, sugere-se como pesquisas futuras a ampliação das análises aqui iniciadas, contemplando não somente o turismo de aventura, mas outras modalidades de Turismo em relação à inclusão da pessoa com deficiência e à garantia de seus direitos como cidadãos ao lazer e à cultura.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Campo Grande recebeu selo mundial de cidade arborizada**. 2020. Rádio Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/18/campo-grande-recebe-selo-mundial-de-cidade-arborizada-registra-nelsinho-trad>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ABNT. Associação Brasileira de Normas e Técnicas. **ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BIZINELLI, C.; MANOSSO, F.; GIMENES-MINASSE, M. H. S.; SOUZA, S. do R. Enoturismo e Turismo de Experiência: novas possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência visual - Vinícola Dezem (Toledo, Paraná, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 495-522, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Centro Gráfico, 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1 p. 5, 3 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000

e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1 p. 5, 3 dez. 2004.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, DF. 2004.

BRASIL. Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 4, 2 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 5, set. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas Com Deficiência: (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 3, 06 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dicas para atender bem turistas com deficiência**. 2013. 39p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/ta/direitos/Dicas_para_Atender_Bem_Turistas_com_Deficiencia.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande. Conselho Municipal de Turismo. e SEBRAE MS. **Plano Municipal de Turismo de Campo Grande/MS**. Campo Grande: SECTUR, SEBRAE, 2017.

CARMO, A. A. **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CAVANHA, J.; ROCHA, D. O.; DA SILVA, D. M.; VIANA, N. E. S.; HARADA, G. N.; MARINHO, C. S. Propostas de roteiros ecoturísticos para a cidade de Campo Grande – MS. In: Anais do Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, Campo Grande, 2019. **Anais...**, Campo Grande, v. 6, n. 9, p. 1-15, . 2019.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e Técnicas**. 9. ed. dição. Revista e Ampliada rev. ampl. São Paulo: . Editora Futura, 1988.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z.; MOURA, D. G.; SPEZIA, D. S. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 537-553, set./dez. 2015.

FRANCA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F.; BAPTISTA, R. S. Políticas de inclusão de pessoas com deficiência: limites e possibilidades. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 112-116, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA, L. A., GOSLING, M., COELHO, M. de F., & PEREIRA, G de A. Fatores que influenciam a intenção de compra de viagens de ecoturismo e turismo de aventura. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 551-575, 2014

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2019. Turismo 2019.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101739_informativo.pdf.

Acesso em: 26 ago. 2020.

KALIL, R. GOSCH, L. GELPI, A. Acessibilidade e desenho universal: conceitos, legislação e métodos aplicáveis à arquitetura de interiores. In: Seminário Internacional Arquitetura, Urbanismo e Design: produtos e mensagens para ambientes sustentáveis, 8, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 2010. **Anais...**, São Paulo: NUTAU, 2010. p. 1-10.

KUNZ, J. G.; TOSTA, E. Turismo e Mobilidade: um diagnóstico da acessibilidade geográfica à fronteira Chuí - Rio Grande do Sul/RS, Brasil/Chuy, Uruguai. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 1-25, set./dez. 2016.

LÓPEZ-RICHARD, V.; CHINÁGLIA, C. R. Turismo de Aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 199-215, 2004.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; SABINO, J.; ALHO, C. J. R. Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês: conexões entre identidade biofílica e usufruto dos serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.4, p.938-957, 2017.

OLIVEIRA, L. C. P.; OPPLIGER, E. A. Turismo de inclusão social: as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande – MS (Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-22, 2017.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. PLANURB. 26. ed. rev. Campo Grande: PLANURB, 2019.

RODRIGUES, A. M.; SIQUEIRA, M. A. O. História de Campo Grande-MS: uma abordagem da fundação e do marco inicial do seu desenvolvimento. **Maêutica**, Indaial, SC, v. 2, n. 1, p. 15-26, 2014.

SILVA, J. V. P.; TOSTA, Q. P., OTTO, H. R.; LINS, A. C. S.; SAMPAIO, T. M. V. Acessibilidade às pessoas com deficiência física e visual no Parque Esportivo Itanhangá. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 249-258, 2012.

SILVA, I. C.; LEAL, S. R. Acessibilidade: visita técnica a três dos melhores restaurantes de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 343-362, out. 2011.

SILVA, L. **Acessibilidade em museus e espaços culturais**: estudo técnico sobre a edificação histórica que irá abrigar a fundação Hansen Bahia, na cidade de cachoeira - UFRB. 2010. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,. Centro de Artes, Humanidades e Letras, . Cachoeira, - BA. 2010.

SILVA, G. G. L.; TELES, R. M. S. Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de Aventura: atuação do poder público e privado. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, , p.269-289, maio/jul. 2014

TRINDADE, M. N. A pessoa portadora de deficiência como turista. In: RT&D – Revista **TTurismo & Desenvolvimento**, Lisboa, . v.ol.1. n.1, p. 73-80, . Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

VASCONCELOS, F; SILVA, A; COSTA, L. Turismo de Aventura e Ecoturismo: Entre Práticas e Normas no Contexto Brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 2, n. 2, p. 108-138, 2012.

APÊNDICE A – Questionário e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – empresários

25/11/2020

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

*Obrigatório

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Antes de começar, avalie se é possível colaborar com a pesquisa acadêmica. *

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "A inclusão da pessoa com deficiência física no Turismo de Aventura em Campo Grande - Mato Grosso do Sul", com o objetivo principal de averiguar a seguinte questão: de que maneira as pessoas com deficiência que residem em Campo Grande ou vem até a cidade para praticar atividades de turismo são recebidas. Esse documento possui todas as informações sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração nesta pesquisa é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo.

Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo à você. Se você concordar em participar, devido ao quadro de pandemia do Covid-19 e as normas de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS), será aceito como assinatura a marcação abaixo de SIM ou NÃO.

Se você tiver alguma dúvida, pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Para participar da pesquisa, você terá que o questionário abaixo, contendo algumas perguntas sobre a sua experiência com o Turismo de Aventura em Campo Grande, sendo um profissional que atua no ramo de Turismo de Aventura. Você terá também que concordar que a sua resposta possa ser analisada pelos pesquisadores. As respostas serão analisadas e os pesquisadores envolvidos no projeto conhecerão esse material para discutir os resultados. Todos os procedimentos para a garantia da confidencialidade aos participantes serão observados, procurando se evitar descrever informações que possam lhe comprometer, inclusive resguardando a garantia ao participante do direito a assistência e indenização, de acordo com a Resolução n. 510/2016 em seu artigo 9.

Caso você possua perguntas sobre o estudo ou se pensar que houve algum prejuízo pela sua participação nesse estudo, pode conversar a qualquer hora com o responsável da pesquisa: Rosa Maria Batista Santos, através do telefone (67) 9 9269-2454 ou e-mail rosameurihelp@hotmail.com ou com o Comitê de Ética com Seres Humanos (CESH), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no e-mail: cesh@uems.br ou pelo telefone (67) 3902-2699.

1. Concorda com os termos acima citados? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Dados dos profissionais de Turismo de Aventura:

25/11/2020

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

2. Qual a sua formação? *

Dados profissionais:

3. É proprietário da empresa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. Nome da empresa à qual está vinculado: *

5. Há quanto tempo trabalha com Turismo de Aventura? *

6. Já teve alguma experiência com Turismo de Aventura para pessoas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. Se sim, que tipos de deficiências tinham os clientes que você atendeu?

25/11/2020

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

8. Em quais roteiros ou modalidades do Turismo de Aventura você já guiou pessoas com deficiência?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – Questionário e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pessoas com deficiência

25/11/2020

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

*Obrigatório

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Antes de começar, avalie se é possível colaborar com a pesquisa acadêmica. *

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "A inclusão da pessoa com deficiência física no Turismo de Aventura em Campo Grande - Mato Grosso do Sul", com o objetivo principal de averiguar a seguinte questão: de que maneira as pessoas com deficiência que residem em Campo Grande ou vem até a cidade para praticar atividades de turismo são recebidas. Esse documento possui todas as informações sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração nesta pesquisa é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo.

Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo à você. Se você concordar em participar, devido ao quadro de pandemia do Covid-19 e as normas de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS), será aceito como assinatura a marcação abaixo de SIM ou NÃO.

Se você tiver alguma dúvida, pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Para participar da pesquisa, você terá que o questionário abaixo, contendo algumas perguntas sobre a sua experiência com o Turismo de Aventura em Campo Grande, sendo pessoa com deficiência. Você terá também que concordar que a sua resposta possa ser analisada pelos pesquisadores. As respostas serão analisadas e os pesquisadores envolvidos no projeto conhecerão esse material para discutir os resultados. Todos os procedimentos para a garantia da confidencialidade aos participantes serão observados, procurando se evitar descrever informações que possam lhe comprometer, inclusive resguardando a garantia ao participante do direito a assistência e indenização, de acordo com a Resolução n. 510/2016 em seu artigo 9.

Caso você possua perguntas sobre o estudo ou se pensar que houve algum prejuízo pela sua participação nesse estudo, pode conversar a qualquer hora com o responsável da pesquisa: Rosa Maria Batista Santos, através do telefone (67) 9 9269-2454 ou e-mail rosameurihelp@hotmail.com ou com o Comitê de Ética com Seres Humanos (CESH), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no e-mail: cesh@uems.br ou pelo telefone (67) 3902-2699.

1. Concorda com os termos acima citados? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Dados pessoais para participantes:

25/11/2020

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

2. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 38 anos
- 39 a 59 anos
- 70 anos ou mais

3. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino

4. Escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós Graduação

5. Cidade em que reside: *

6. Qual sua deficiência? *

Dados relacionados à prática de Turismo de Aventura:

25/11/2020

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

7. Quais as modalidades de Turismo de Aventura você já praticou? *

Marque todas que se aplicam.

- Rapel
- Bungee Jumping
- Tirolesa
- Trilha
- Slackline
- Outros

8. Se já praticou alguma outra atividade de Turismo de Aventura, cite quais foram:

9. Repetiria a experiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

10. Sentiu segurança na prática da atividade turística? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

25/11/2020

Questionário sobre Turismo de Aventura acessível

11. Na sua visão, os funcionários são capacitados para atender com segurança às pessoas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. Relate como foi a sua experiência: *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – Normas de submissão à Revista Turismo & Sociedade (UFPR)

Link para acesso: <https://revistas.ufpr.br/turismo>



BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)



(<http://acervodigital.ufpr.br/>)

BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS ([HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/](http://REVISTAS.UFPR.BR/))

Capa (<https://revistas.ufpr.br/turismo/index>) > Sobre a revista (<https://revistas.ufpr.br/turismo/about>) > Submissões
(<https://revistas.ufpr.br/turismo/about/submissions>)

SUBMISSÕES



- Submissões Online (<https://revistas.ufpr.br/turismo/about/submissions#onlineSubmissions>)
- Diretrizes para Autores (<https://revistas.ufpr.br/turismo/about/submissions#authorGuidelines>)
- Declaração de Direito Autoral (<https://revistas.ufpr.br/turismo/about/submissions#copyrightNotice>)
- Política de Privacidade (<https://revistas.ufpr.br/turismo/about/submissions#privacyStatement>)

SUBMISSÕES ONLINE

Já possui um login/senha de acesso à revista Turismo e Sociedade?
ACESSO ([HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/TURISMO/LOGIN](https://revistas.ufpr.br/turismo/login))

Não tem login/senha?
ACCSSC A PÁGINA DE CADASTRO ([HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/TURISMO/USER/REGISTER](https://revistas.ufpr.br/turismo/user/register))

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Orientações aos autores.

1. Os trabalhos enviados deverão ser inéditos, no formato de artigos originais, artigos de revisão, ensaios ou resenhas.

1.1 Artigos de Pesquisa: manuscritos referentes a pesquisas originais, relevantes e de interesse geral para a área de turismo. O texto principal inclui introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados, considerações finais e referências. O tamanho mínimo é de 4.500 palavras e o máximo 7.000 palavras digitadas, incluindo resumo/abstract com palavras-chave/keywords e referências. Devem ser citadas no mínimo 30 (trinta) referências.

1.2 Artigos de Revisão: síntese abrangente da pesquisa sobre um determinado tópico, contendo também uma perspectiva a respeito desenvolvimento do campo teórico analisado. O texto principal inclui introdução, procedimentos metodológicos, resultados, considerações finais e referências. Na sua elaboração deve citar no mínimo 50 (cinquenta) referências entre artigos científicos, livros e teses. O tamanho mínimo é de 4.500 palavras e o máximo 7.000 palavras digitadas, incluindo resumo/abstract com palavras-chave/keywords e referências.

1.3 Ensaios: discussão de abordagens teóricas, metodológicas e práticas sob o ponto de vista dos autores utilizando pelo menos 15 (quinze) referências em apoio às suas principais afirmações. O texto principal inclui introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências. Recomenda-se que o tamanho esteja entre 3.500 a 6.000 palavras, incluindo resumo/abstract com palavras-chave/keywords e referências.

1.4 Resenhas: síntese e avaliação de livro/evento fornecendo informações e opiniões sobre o mesmo. O texto principal inclui introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências. O texto deve conter entre 2000 e 4.000 palavras, incluindo resumo/abstract com palavras-chave/keywords e referências.

2. Serão aceitos no máximo 5 autores por artigo. Em caso de mais de um autor, apenas devem constar aqueles que contribuíram de forma significativa nas etapas de elaboração do artigo. A declaração de autoria assinada pelos autores (documento suplementar) deve detalhar as atividades realizadas por cada um. Os editores da revista podem solicitar ainda esclarecimentos adicionais sobre a contribuição de cada autor e essas informações podem ser publicadas.

3. Não será publicado, no mesmo número, mais de um artigo de um mesmo autor, independentemente da posição deste na autoria do texto.

4. O texto deverá estar redigido na terceira pessoa do singular e no tempo passado. Ex.: Redigiu-se, elaborou-se, obteve-se [...].



5. Os trabalhos devem vir revisados e encaminhados em português, espanhol ou inglês.

6. O título, o resumo e as palavras-chave deverão também estar traduzidos para o inglês.

7. Na sua configuração utilizar fonte Arial, tamanho 12, folhas no tamanho A4 (21 x 29,7 cm), margens de 3 cm nos quatro cantos e espaçamento de 1,5 entre as linhas com recuo de parágrafos de 1,25.

8. Os trabalhos deverão ser enviados em *software* Word e inseridos diretamente no sistema.

9. Na constituição dos trabalhos, seguir as seguintes orientações:

- Seguir as normas e exemplos para formatação dos artigos:

https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45654/Manual_de_normalizacao_UFPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y
(https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45654/Manual_de_normalizacao_UFPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

- Título do trabalho (em negrito, centralizado e fonte tamanho 14) que deverá ser claro e objetivo, expressando o seu conteúdo;

- O resumo e o *abstract*, ambos devem conter o mínimo de 150 e o máximo de 250 palavras, em espaço simples (alinhamento justificado) abordando objetivos, metodologia, síntese dos resultados e das conclusões. Abaixo do resumo deverão estar as palavras-chave (de 3 a 5), e do *abstract*, as *keywords*,

- O corpo do trabalho deverá conter introdução, desenvolvimento do assunto (conforme tipo de texto), conclusões e referências (apenas dos autores realmente utilizados, seguindo ordenação alfabética autor/ano);

- O texto das notas de rodapé deve ser evitado. Quando essencial, deve ser apresentado com fonte Arial tamanho 10 e em espaçamento simples entre as linhas;

- Os autores e/ou obras citados (*apud*) por outros autores como fontes indiretas deverão ser indicados de forma completa apenas em nota de rodapé. Tal uso deve ocorrer em casos de obras raras ou de difícil acesso;

- Et al. deverá ser utilizado no texto apenas para mais de 3 coautores da mesma obra;

- As expressões latinas *Idem* ou *Ibidem* devem ser usadas apenas em notas de rodapé;

- Priorizar uso de itálico para grafar palavras estrangeiras ao idioma de origem dos textos;

31/10/2020

Submissões

Incluir figuras e tabelas apenas se imprescindíveis para a compreensão do texto (numeradas e tituladas).

- Nas figuras e tabelas o título, o conteúdo e a fonte devem estar com fonte Arial 10 e espaçamento simples. O título e a palavra "fonte" devem estar em maiúsculo

- Recomenda-se utilizar no texto como fonte pelo menos um artigo dentre os já publicados pela Revista Turismo e Sociedade para demonstrar maior aderência à mesma.

- As citações devem ser feitas na forma autor/ano/página, conforme normas indicado nas diretrizes.

- As citações curtas de até 3 linhas deverão vir entre aspas, sem diferenciação de tamanho das letras em relação às do texto.

As citações longas deverão ser apresentadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, sem aspas, em letras tamanho 10 e em espaçamento simples entre as linhas.

Exemplos de referências:

Artigo em periódico:

ALMEIDA, C.; MONTEIRO, M. Descrição de duas novas espécies (Lomóptera). **Revista Brasileira de Zoologia**, Curitiba, v. 9, n. 1/2, p. 55-62, mar./jun. 1992.



Capítulo de livro:

BITAR, O. Y.; ORTEGA, R. D. E. Gestão ambiental. In: OLIVEIRA, A. M. de; BRITO, S. N. A. de (Ed.). **Geologia de engenharia**. São Paulo: ABGE, 1998. p. 499-508.

Livro:

ADAMS, F.; LAUDGHLINI, G. **Uma biografia do universo: do big-bang à desintegração final**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Site:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) Tecnologia em Comunicação Institucional (ICI) – UFPR **Você é criativo**. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufprtci?hc_location=timeline>. Acesso em: 10 out. 2013.

Tese, dissertação e monografia:

FREITAS, S. R. C. de. **Marés gravimétricas: implicações para a placa sul-americana**. 204 f. Tese (Doutorado em Geofísica) – Instituto Astronômico e Geofísico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Trabalho em anais de evento científico:

ORLANDO FILHO, J.; LEME, E. J. de A. Utilização agrícola dos resíduos da agroindústria canavieira. In: SIMPÓSIO SOBRE FERTILIZANTES NA AGRICULTURA BRASILEIRA, 2., 1984, Brasília. **Anais...** Brasília: Embrapa. Departamento de Estudos e Pesquisa, 1984. p. 151-175.

10. Providenciar ficha de identificação em página separada com os seguintes dados (documento suplementar): título do trabalho, autor (es), formação (cursos e instituições: graduação, especialização, mestrado e doutorado), ocupação profissional (cargo e instituição/entidade) e dados para contato. endereço físico completo (rua, número, bairro, CEP, cidade, estado, país), telefone e e-mail. Link do Currículo Lattes (Documento suplementar).

11. Para trabalhos com mais de um autor faz-se necessário o envio de uma carta assinada por todos declarando as atividades desempenhadas por cada um na elaboração do artigo e que concordam publicar o texto em conjunto (Documento suplementar).

12. Contato:

Telefone: 55 41 3535-6239

Endereço: Avenida Sete de Setembro, 2615, 3º andar, sala 307, Campus Rebouças. Curitiba, Paraná, Brasil CEP: 80.060 110.

E-mail: editor.tur.sociedade@gmail.com

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O artigo é inédito, e não está sendo avaliado para publicação por outra revista.
2. A elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de pesquisa.
3. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word e não ultrapassam 2MB.
4. A redação do texto foi revisada.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores ([/ojs2/index.php/turismo/about/submissions#authorGuidelines](https://ojs2/index.php/turismo/about/submissions#authorGuidelines)), na seção Sobre a Revista
6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em *Assegurando a Avaliação por Pares Cega*.
7. Em caso de mais de um autor constam apenas aqueles que contribuíram de forma significativa nas etapas de elaboração do artigo.



DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Direitos Autorais para artigos publicados nesta revista são do autor, com direitos de primeira publicação para a revista. Em virtude da aparecerem nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais e não-comerciais.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Os artigos da edição atual ao ficarem prontos já são disponibilizados. Dessa forma os autores não precisam aguardar todos os demais para terem seu trabalho publicado. Ao final, quando a edição completa o seu número de artigos, ela é encerrada.